

MEMÓRIA EXTRACEREBRAL

Valter da Rosa Borges

Um dos fenômenos mais controvertidos no campo da Parapsicologia é o denominado de memória extracerebral, uma modalidade especial de personificação subjetiva, onde o Agente Psi se identifica com uma personalidade falecida, dizendo ter sido ela em vida pretérita." Criamos a expressão personificação subjetiva para designar a modificação espontânea ou provocada, da personalidade do Agente Psi, mediante a qual ele se comporta como se fosse outra pessoa, fictícia ou real, neste caso quase sempre falecida, e, sob esta condição, apresenta fenômenos de "psigama" (Borges, 1992). Embora a personificação subjetiva resulte de um processo de dissociação da personalidade como ocorre com o fenômeno das personalidades secundárias ou múltiplas, deste se distingue por ser dotado de um conteúdo parapsicológico.

Enquanto na personificação subjetiva o Agente Psi se sente "possuído" por uma personalidade estranha, na memória extracerebral ele se identifica com a personalidade da pessoa falecida, a qual não conheceu, apresentando comportamentos, lembranças, sentimentos, cacoetes, disposições físicas e psicológicas idênticos a esta pessoa que diz ter sido em vida anterior. Antes, porém, de discutir a memória extracerebral, iremos, preliminarmente, tecer considerações sobre o que é memória, seja como fenômeno físico e fisiológico, mas também psicológico e parapsicológico. Inicialmente, precisamos definir o que é memória e se se trata de fenômeno inerente apenas a seres vivos ou se é também um atributo da matéria em geral.

Parece-nos inquestionável que memória é informação gravada em qualquer sistema biológico ou mesmo material, importando não somente de registros aleatórios, mas também voluntariamente sistematizado sob forma de programas. A memória é constituída de registros ou programas inatos, como também de registros da experiência individual. Ou seja: herdamos a memória da nossa espécie, a qual acrescentamos a memória de nossas experiências pessoais. Há, porém, os que metafisicamente acreditam que, por sermos uma manifestação individual do todo, somos dotados de uma memória universal. Identificamo-nos como memória na experiência da evocação e nos angustiamos com a experiência do esquecimento, porque, neste caso, temos a impressão de que ocorreu um apagamento em nossos registros. É o esquecimento, na verdade, um apagamento de registros, ou a impossibilidade de evocação, ou seja, de acessar a informação desejada?

A memória biológica é inata e diz respeito ao funcionamento do organismo como um todo. A memória social é o conjunto de comportamentos decorrente da aprendizagem cultural. E a memória pessoal é aquela decorrente das experiências do indivíduo, o qual, na verdade, é constituído dessas três modalidades de memória. Faz-se distinção entre memória de curto prazo e memória de longo prazo. A primeira é um registro efêmero que logo se esvai, enquanto a segunda se consolida como dado mnemônico. Na verdade, a memória de curto prazo não é, a rigor, memória, mas simples atividade que, uma vez cessada, não deixa qualquer vestígio. Hermann Ebbinghaus demonstrou que o material não significativo é de difícil armazenamento mnemônico, pois só o que é significativo é capaz de rápida estruturação e fixação.

Aliás, William James advertira que o homem recorda, antes de tudo, o que tem sentido particular para ele. Frederic C. Bartlett, por sua vez, asseverou que só retemos esquemas muito gerais do que experimentamos no passado.

Observou-se que a memória de curto prazo se processa no hipocampo, tanto assim que qualquer dano por ele sofrido resulta em dificuldade para memorização de tarefas. Experimentos demonstraram que a síntese da proteína é necessária para a transformação da memória de curto prazo em memória de longo prazo. A Escola da Gestalt assinala que o material dotado de maior sentido de organicidade é o que será privilegiadamente armazenado. A ilusão do já visto (em francês *déjà vu*) é uma experiência de reconhecimento falso de pessoas, objetos e situações, os quais, embora pareçam familiares a uma pessoa, estão sendo vistos pela primeira vez.

O esquecimento pode resultar do não uso, do recalçamento ou da inibição retroativa. Freud lucidamente formulou a hipótese do esquecimento ativo, mediante a qual certas lembranças não podem ser evocadas porque estão em situação de recalçamento. Por outro lado, a hipótese da inibição retroativa sustenta que certo aprendizado pode ser obstruído por outro que concomitantemente procure realizar-se. Argumenta-se que pode, porém, ocorrer o oposto: um certo aprendizado atual pode sofrer interferência de outro que acabou de se consumir, ocorrendo então o fenômeno denominado de interferência proativa.

O esquecimento é um processo de filtragem que impede que uma permanente avalanche de dados que constituem a memória de curto prazo se transforme em memória de longo prazo. Assim, só uma ínfima parte destes dados, por seu conteúdo significativo, passa a integrar o patrimônio mnemônico do indivíduo. Segundo a teoria da informação, as informações redundantes são aquelas que mais facilmente são armazenadas e que, por conseguinte, o esquecimento ocorre com as informações não redundantes. Os psicofisiologistas demonstraram que a memória depende, não apenas de algumas zonas localizadas do córtex cerebral, mas também do conjunto do cérebro. Por conseguinte, não existe uma região específica da memória. Pessoas com ferimentos no cérebro ou portadoras de graves lesões, recuperaram a memória perdida após um tempo relativamente longo. Explicações metafísicas assinalam que a memória do indivíduo está toda contida em cada uma de suas células ou que se situa fora do cérebro.

É a memória um registro indelével ou ela é um processo dinâmico, sempre em reconstrução em cada ato de evocação? Tudo parece indicar que cada ato de lembrar é uma ação criativa, adaptando a recordação às necessidades do presente. A memória não é mero registro de fatos, mas interpretação de tudo o que foi. Na verdade, os fatos são como os interpretamos. Não existe o fato puro, objetivo, pois tudo o que percebemos é contaminado pela nossa subjetividade. É a memória o fundamento da individualidade? Em caso positivo, admitindo-se ainda que a memória é um processo em constante mutação, a individualidade não é algo fixo, imutável, mas um fluxo que cada vez se torna menos semelhante a si mesmo, pois nenhum ser é igual a si mesmo a cada minuto, mas semelhante, diminuindo progressivamente essa semelhança à medida que se afasta, no tempo, de seu referencial do presente.

A memória, por conseguinte, não é um sistema estático de registros e, por conseguinte, toda evocação não constitui a reprodução fidedigna de seus dados. A memória é um processo dinâmico onde cada evocação é um processo de recriação

do passado segundo as necessidades do presente. Logo, a evocação não é uma cópia, mas uma aproximação daquilo que possivelmente foi.

Isto posto, seria admissível uma memória extracerebral, se toda evocação mnemônica é um permanente processo de criação, de reconstrução? Não seriam estes fatos lembrados, na sua maioria, produtos da criatividade inconsciente ou de meros processos catárticos? E o restante decorrente de experiência psigâmica e/ou de informações colhidas pelo pseudo recordante por meios normais? Há, porém, nos milhares de relatos dos casos de memória extracerebral espontâneos ou induzidos, algumas dificuldades que não podem ser ignoradas:

(a) crianças, ainda de tenra idade, que conseguem vivenciar fatos da vida de pessoas já falecidas e que dizem ter sido elas em existência pretérita, em situações que, razoavelmente, não podem ser explicadas por fraude, hiperestesia, vazamento involuntário de informações, telepatia ou clarividência;

(b) crianças, também de tenra idade, que apresentam sinais de nascença, geralmente sob forma de cicatrizes, os quais, anatomicamente, correspondem a lesões fatais sofridas pelas pessoas que elas afirmam ter sido em vidas anteriores;

(c) adultos que, em estado alterado de consciência, induzido por terapia regressiva, relatam fatos históricos que dizem ter presenciado em existência anterior e comprovados posteriormente, ainda que não possuíssem qualquer conhecimento do assunto e tampouco o terapeuta;

(d) pessoas que apresentam fenômenos de xenoglossia, que é uma espécie de memória extracerebral sem personificação.

Ian Stevenson (1970) admite que alguns dos casos por ele investigados “fazem muito mais do que sugerir a reencarnação: parecem-me fornecer uma considerável evidência da mesma”. Observa que as personalidades emergentes durante as regressões a uma vida anterior, mediante hipnose, “podem incluir a personalidade atual do paciente, suas expectativas daquilo que ele pensa que o hipnotizador deseja, suas fantasias sobre aquilo que ele imagina ter sido sua vida anterior e, talvez ainda, elementos obtidos paranormalmente”. Por isso, conclui que “a mais promissora evidência relacionada com a reencarnação parece provir de casos espontâneos, especialmente entre crianças”.

Em relação aos sinais de nascença poder-se-ia argumentar que a mente materna os imprimiu, por ação psi-kapa, no organismo do filho, quando ainda em seu útero. Mas esta impressão deveria ser resultante de uma forte experiência emocional pela qual ela teria passado, relacionada àquele tipo de sinal ou cicatriz. No entanto, em todos os casos relatados de memória extracerebral em que a criança apresenta esta particularidade, não existe qualquer notícia a respeito desta circunstância. Mesmo que a mãe da criança soubesse apenas do caso, esta mera informação, por ser destituída do fator emocional, não seria capaz de produzir qualquer ação psi-kapa.

Poder-se-ia ainda argumentar que a mente da criança, ainda na vida intrauterina, captou telepaticamente o evento do qual resultou esta cicatriz na pessoa que ela afirma ter sido em vida anterior e imprimiu este sinal, por psi-kapa, na região anatômica correspondente de seu corpo em formação. Mas, é de se perguntar como um ser intrauterino pode, mesmo por telepatia, sofrer o impacto emocional de um fato sem qualquer significado para ele, pois ainda não tem a mínima experiência de vida como pessoa humana.

Acontece, porém, que, na quase totalidade dos casos, o evento traumático que produziu a lesão na pessoa que a criança diz ter sido em vida anterior aconteceu antes mesmo de sua concepção. Então, como poderia a mente materna imprimir esta impressão no corpo de um filho então inexistente, ou seja, que foi gerado depois do referido evento? Não se pode admitir, validamente, que a emoção do fato, presenciado pela mãe - e já vimos que em nenhum caso isso aconteceu - tenha permanecido em latência no seu inconsciente e se convertido em ação psi-kapa sobre o organismo do filho logo que este foi gerado. O mesmo argumento se aplica em relação à criança: como esta poderia captar telepaticamente um fato ocorrido antes de ela ter sido gerada?

Banerjee (1983) relata o caso de Alan Lee, de Baltimore, Maryland, o qual, em estado de transe, escreveu em grego antigo, hebreu, latim, italiano, franco-normando, inglês arcaico e numa língua que dizia ter sido de Atlântida. Quando Alan passava de uma vida a outra, seus modelos de ondas cerebrais também se modificavam. Edgar Cayce, em suas "leituras" psíquicas falava sobre as vidas passadas de seus consulentes.

O padre Oscar Quevedo (1971) procurou explicar a xenoglossia, asseverando que o inconsciente "é a maior escola de línguas". Acontece, porém, que não apresentou qualquer fato que respaldasse, ao menos indiciariamente, a sua hipótese. Era de se esperar que ele tivesse realizado experiências em pessoas sob estado de hipnose, numa proporção estatisticamente significativa, e que estas tivessem falado qualquer idioma por ele sugerido, inclusive línguas mortas. Esta hipótese, contudo, se ressentia de um ranço indistintamente metafísico, pois o seu pressuposto implícito assinala que, em nível inconsciente, o homem é o depositário de todo o conhecimento de sua espécie.

Poderíamos sugerir o nome de terapia regressiva personificativa, em vez de terapia de vidas passadas, para os casos em que a personificação subjetiva constitui uma estratégia terapêutica para a abordagem de certos problemas existenciais. No entanto, Helen Wambach (1976) observou que as lembranças de hipotéticas vidas passadas de seus pacientes não se referiam a traumas explicativos de seus problemas atuais, mas recordações bem definidas de épocas e locais onde dizem ter vivido, com descrição de ambientes, hábitos, indumentárias, alimentação, utensílios, sem que possuíssem conhecimento histórico para veicular essas informações. Observou, ainda, que a grande maioria dessas pessoas situava suas vidas pretéritas em classes sociais inferiores, como camponeses, trabalhadores braçais, soldados rasos e escravos.

Raymond A. Moody Jr. (1989) admite que as experiências de regressão a vidas passadas, mediante hipnose, mudou o seu sistema de crenças. E concluiu que elas são, "no mínimo, revelações profundas do inconsciente" e "no máximo, são indícios de uma vida anterior a esta". Reconhece que não existe, contudo, uma prova positiva de reencarnação e, se esta existe, "pode ser muito diferente de como a imaginamos. Talvez mesmo incompreensivelmente diferente."

Entre as regressões obtidas pelo hipnólogo Arnall Bloxham, se destaca a de Jane Evans que revivenciou seis vidas anteriores e cujos relatos de épocas diversas onde vivera estavam ou em consonância com os fatos históricos ou dotados de plausibilidade histórica. Bloxham gravou, num período de vinte anos, em fitas magnéticas,

mais de quatrocentos casos de reencarnação e alguns de seus pacientes chegaram a regredir a quatorze existências em séculos distintos.

Se a evocação mnemônica, como já vimos, é pouco confiável, visto que o nosso passado é uma permanente reconstrução do presente, como explicar a permanência de fatos, sentimentos, ideias e aptidões de uma hipotética vida passada? Claro que há acontecimentos, principalmente os traumáticos e os de grande significado emocional, que resistem ao tempo e parecem fielmente revividos, quando evocados. Neste caso, acontecimentos desta natureza, oriundos de uma hipotética vida anterior, poderiam ser uma explicação para a memória extracerebral? Exigir precisão irrepreensível de acontecimentos de vidas hipotéticas, ocorridas em séculos passados, parece-nos uma exigência descabida, pois muito mal relembramos de fatos longínquos de nossa atual existência. Ao contrário: os lapsos, as imprecisões, as deformações dos fatos lembrados é que constituem a regra geral nas evocações mnemônicas, principalmente quando de acontecimentos remotos. Somente as experiências significativas, notadamente as traumáticas, parecem perdurar por um período de tempo ilimitado e são, por isso, de fácil acessibilidade evocativa.

A reencarnação é uma hipótese que, embora metafísica, aparentemente responde, de maneira satisfatória àquelas questões. No entanto, por sua natureza não-científica, não pode ser adotada pela Parapsicologia.

Harald Wiesendanger (1970) assevera que o único critério que validaria a reencarnação são as informações contidas nas recordações que digam respeito a fatos históricos, desconhecidos da pessoa em experiência de regressão e que sejam devidamente comprovados.

Thorwald Dethlefsen observou, em favor da reencarnação, que as descrições das vidas passadas não são conglomerados de problemas, conflitos e clichês e contêm demasiadas habilidades e observações pessoais historicamente específicas para que sejam explicadas como um psicodrama. Por outro lado, a hipótese da super-pes de natureza metafísica dada a impossibilidade de sua verificação ou contestação.

Poderíamos valer-nos da genética, admitindo que, em nível inconsciente, pelos vínculos obscuros da hereditariedade, todos os nossos antepassados estejam codificados em nosso DNA. Ou seja: embora mortos como indivíduos, permanecem vivos como informações em sistemas mnemônicos que, em condições especialíssimas, podem ser ativados. Daí, aquele sentimento de identificação com pessoas que pertenceram a séculos passados, nossos avoengos remotos, que talvez pudessem ser identificados numa pesquisa de sua árvore genealógica. Que eu saiba, ninguém ainda realizou qualquer pesquisa neste sentido, o que seria um teste crítico para esta hipótese. Ademais, a neurofisiologia ainda é impotente para fornecer uma explicação satisfatória para a memória, pois a complexa atividade elétrica do sistema nervoso é acompanhada por uma atividade química identicamente complexa.

O médico e hipnólogo alemão Clauss H. Bick afirma que realizou, em 20 anos, mais de cem mil regressões sob hipnose, em sua clínica na cidade de Dahn, no Palatinado do Reno e constatou o que denominou de “encadeamentos familiares”, mediante os quais os pacientes evocavam lembranças de seus ancestrais. Por isso, concluiu que as pretensas lembranças de vidas passadas não passam, na verdade, de recordações que seus pacientes revelavam de seus antepassados.

Já o psiquiatra Lipod Szondi, criador da terapia intitulada de “análise do destino”, defendeu a existência de um “inconsciente familiar”, intermediário entre o

inconsciente pessoal e o coletivo. Segundo Szondi, desde a fecundação, se instalam na pessoa as exigências dos seus antepassados, as quais põem em perigo o seu destino, tornando-se necessário, mediante a aludida terapia, estabelecer a conciliação entre eles. O caso, porém, se complica e ganha maior complexidade, quando a pessoa personificada pertence a outra família, seja do país do recordante, seja de outro país.

Ian Stevenson (1970) argumenta que a criptomnésia é insuficiente para explicar os casos em que as crianças, não apenas se reportam a fatos de sua vida passada, mas fazem reconhecimentos de locais, objetos e pessoas ligados à sua existência pretérita. Temos de reconhecer que se a genética ainda não possui qualquer subsídio para explicar a primeira hipótese, ainda se apresenta mais desvalida para explicar esta última. O que não podemos é adotar a atitude pusilânime de negar simplesmente estes fatos ou hipocritamente esquecê-los, sorratamente, varrendo-os para debaixo dos tapetes. Estes fatos são paranormais, sim. São produzidos por pessoas vivas, sim. Cabe, portanto, a Parapsicologia explicá-los, mesmo se valendo de empréstimos metodológicos de outras ciências.

Se, em nível inconsciente, cada homem é o depositário de toda experiência milenar da humanidade, detentor de um extraordinário poder de criatividade, num misto de historiador e romancista, por que não aproveitar esta potencialidade em nosso próprio benefício?

A neurofisiologia tem pouco a dizer sobre a memória. A Psicologia, também. E a Parapsicologia está a lidar com um fenômeno, bem ou mal denominado de memória extracerebral, que não pode ser explicado confiadamente pelos poucos conhecimentos que a ciência tem sobre a memória. Deveríamos, então, expurgar este fenômeno do domínio da Parapsicologia e remetê-lo para uma instância transcendental? Não estaríamos abrindo mão da oportunidade de conhecer um pouco melhor a mente humana, rejeitando um material que, embora insólito, poderá, um dia, adequar-se à experimentação científica? Não existe qualquer ciência que consiga explicar todos os fenômenos de seu universo objetual. Por que a Parapsicologia se arrogaria de ser a única exceção? Infelizmente, o que observamos é um silêncio cúmplice, uma conspiração talvez deliberada, para relegar ao ostracismo fenômenos paranormais que possam suscitar especulações metafísicas. E daí? O que a pesquisa parapsicológica tem a ver com isso? Desde que não adote explicações transcendentais para este tipo de fenômenos, a Parapsicologia pode livremente investigá-los, mesmo que não possua uma hipótese cientificamente adequada para os mesmos. Ciência se faz com consciência, imaginação e coragem, observadas as exigências de cada metodologia específica. E a memória extracerebral é um desafio para a investigação parapsicológica. Por que não enfrentá-lo?

REFERÊNCIAS

- BANERJEE, H N. (1983). Vida Pretérita e Futura. Editorial Nórdica Ltda: Rio de Janeiro, RJ.
- BORGES, Valter da Rosa (1992). Manual de Parapsicologia. Edição do Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas: Recife.
- MOODY Jr., Raymond A. com PERRY, Paul (1984). Investigando Vidas Passadas. Editora Cultrix: São Paulo.

QUEVEDO, Oscar G. (1971). O que é a Parapsicologia?. Edições Loyola: São Paulo.
STEVENSON, Ian (1970). 20 Casos Sugestivos de Reencarnação. Editora Difusora Cultural: São Paulo.
WAMBACH, Helen (1976). Recordando Vidas Passadas. Editora Pensamento: São Paulo.
WIESENDANGER, Harald (1970). A Terapia da Reencarnação. Editora Pensamento: São Paulo.

(*) Trabalho apresentado no Primer Encuentro Iberoamericano de Parapsicologia. Buenos Aires. Argentina. De 15 a 17 de novembro de 1996.